

Oficina Nacional Metodologias de Assessoria Técnica a Empreendimentos da Economia Solidária

Reflexões apresentadas por Francisca Rodrigues

Para iniciar o debate sobre "Metodologias de Assessoria Técnica a Empreendimentos da Economia Solidária" se faz necessário retomar a concepção de Economia Solidária e de Empreendimentos solidários ou de autogestão.

Estamos falando de grupos de pessoas que juridicamente são denominadas sociedades que desempenham atividade econômica cuja gestão é exercida democraticamente, (compartilhada) pelos trabalhadores (as) que dela participam. Compartilhamos da ideia de que atos constitutivos devem prever a existência de mecanismos democráticos de gestão e definição em assembleia de questões como: políticas de remuneração, políticas disciplinares, políticas de saúde, políticas de formação formas de organização da produção e destinação solidária de resultado.

Os princípios autogestionários solidários como: a tomada de decisão democrática e coletiva, transparência administrativa, solidariedade, fraternidade, trabalho mútuo, valorização das pessoas e cidadania, também devem constar nos atos constitutivos dos empreendimentos e empresas recuperadas. Contudo temos questões desafiadoras. Seus participantes devem esforçar-se para conscientização em relação a sua participação nos atos societários e de como sua participação os vincula dando-lhes direitos e gerando-lhes obrigação. Esta participação significa a geração de atos obrigatórios por lei que visam o próprio desenvolvimento da sociedade, como por exemplo, a realização de registros de reuniões dos conselhos, entrada e saída de sócios, bem como sua conscientização em relação aos seus direitos e obrigações na sociedade, entre outros.

Esta fase poderá ser iniciada pela escolha da figura jurídica adequada para a formalização do Empreendimento ou empresa recuperada. Segundo orientação da ANTEAG, a figura jurídica não é determinante, mas em alguns casos, a formação de cooperativas poderá ser um modelo que possibilita e incentiva maior participação dos associados às instâncias de decisão e de poder.

Autogestão nos remete ao comentário de Claudio Nascimento, que cita Raymond Williams, em "Lá lunga rivoluzione": *"A idéia de compartilhar tem duas formas: A "democracia popular" e a "propriedade comum."**

No entanto, as inúmeras propostas de formação e assessoria técnica têm apresentado dificuldades para grandes avanços. É possível que isto esteja ligado a cultura do país, onde o direito ao acesso a educação, saúde e participação social, ainda se encontra muito distante de muitos grupos sociais - conforme dados sugeridos pela proposta de políticas públicas de qualificação. A avaliação em torno deste tema sugere que disciplinas com conteúdos específicos na educação profissional são distantes da realidade vivida pelo nosso público.

O acúmulo das discussões sobre formação/ assessoria técnica aponta a necessidade de estabelecer paradigmas que levem a cabo metodologias que propiciem oportunidades que promovam um jeito próprio de pensar ou de realizar a atividade dos empreendimentos com maior desenvoltura e capacidade de desenvolver sua atividade produtiva com êxito, praticando cooperação e solidariedade.

Podemos citar um exemplo vivido nas empresas recuperadas, onde trabalhadores-as dão, no dia-a-dia, passos muitas vezes difíceis e sofridos no caminho da sobrevivência da empresa. Assumindo o compromisso de tocar uma empresa com seus companheiros-as.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

Mesmo com a realização de diversos cursos de gestão que discutem e apresentam questões centrais da organização dos empreendimentos, identifica-se muitas dificuldades em relação à prática da solidariedade, cooperação, das interrelações e dos papéis das instâncias eleitas.. Na realidade, se esforçam para praticar a solidariedade e a cooperação, resignificando a convivência harmônica com diferenças pessoais e funções profissionais distintas. Mas, o que é harmônica na autogestão?

Na mesma sequência podemos discutir uma ferramenta que é muito utilizada pelas consultorias hoje em dia: o Plano de Negócio. Muitos assessores asseguram que é uma ferramenta infalível para a melhoria do empreendimento e equilíbrio das suas finanças. Capacitações das equipes técnicas dos empreendimentos visam difundir o plano de negócios e conscientizar os-as associadas-os das empresas sobre a utilização desse instrumento, focando em diminuir a baixa capacidade de gerenciamento e a falta de capacitação. Mas, cabe salientar que na maioria das empresas/empreendimentos o “gerente” já detém uma estratégia de crescimento estabelecida, mas os-as cooperados-as não têm esta visão e não entendem ainda o plano de recuperação proposto pelo “gerente”.

No entanto, pôde-se observar ainda nos participantes a falta de envolvimento e segurança para aprender junto ao “gerente” estes conhecimentos, que podem muito bem possibilitar a aquisição de competências relativas à gestão do negócio. Mas às vezes, geram conflitos insuperáveis pelo coletivo.

Provocações

Para seguir faremos as seguintes provocações apresentando alguns pontos que foram levantados no Seminário de Assistência Técnica e de Formação e em outras formações com empreendimentos:

1. Relação entre a agroecologia e suas assessorias;
2. Conflitos e troca de saberes entre entidades, governo e empreendimentos;
3. O desenvolvimento de processos dos produtos;
4. As linguagens que os apoiadores da economia solidária utilizam são adequadas ao público?
5. Comercialização a partir da logística: produção, consumidor e consumo;
6. Quais são os parâmetros e princípios da Economia Solidária para a produção em cada região, por cada grupo que está construindo o seu modo de ser?
7. Como poderão ser introduzidas algumas questões de mercado sem perder de vista a autogestão?
8. Como trabalhar processos no grupo? Como trabalhar e fazer, por exemplo, a ata?
9. Relação dialógica e Pesquisa – Ação: quem, onde, o que, como está e por quê?
10. Limites da assessoria técnica;
11. Qual a relação com um contador? Ele deverá estar dentro do empreendimento, ter uma relação íntima com ele?
12. Política de comunicação: é assessoria técnica para o empreendimento?
13. Quando eu – educadora - estou no campo social o que acontece? Somos todos iguais?
14. Clareza dos históricos das instituições: os sistemas foram construídos para um determinado interesse. Foram criados para atender os interesses dos trabalhadores? Este é um dilema. Estamos fazendo algo para ajudá-los

Assessoria técnica: como superar tais desafios?

Centro de Formação Nacional em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF

Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



Tecnologias

Ao relacionar tecnologia e a política, considera-se que é necessário politizar os-as trabalhadoras-es na perspectiva de que não percam esta dimensão politizante.

Seguem algumas questões:

- Como problematizar politicamente com área tecnológicas e as políticas públicas?
- A tecnologia não é neutra. E o uso da tecnologia, é neutro?
- Treinamentos da tecnologia são bárbaros: como a tecnologia ainda pretende ser utilizada?
- A relação entre poder e saber: há um confronto de saberes e a polarização de saberes das sementes da alta tecnologia.
 - Por que acabar com a agricultura familiar? Para crescer, a agricultura familiar precisa explorar?
 - Por que incentivar o agronegócio?
- O nosso desafio político é contestar a validação dos saberes na sociedade: os saberes não são neutros, a universidade não é neutra.

O mais grave, no padrão de relação poder e saber, é que a partir desta polarização se constrói padrões de superioridade. É isto que queremos?

A relação poder e saber nesta história é racista e sexista, em função disso. Coletivos de uma determinada raça e gênero se julgam detentores dos saberes. Construírem meios de superá-los?

Bibliografia e fonte consultada

CFES - Seminário Regional SUDESTE de Assistência Técnica – Setembro/09 – MG.

Construindo Identidades Sociais – Claudio Nascimento.

I Oficina Nacional de Formação e Educação/MTE.

Autogestão e economia Solidaria, “Uma nova Metodologia” ANTEAG.

Política publica de Qualificação “Desafios atuais- Ana Maria Saul, José Kleber de Freitas.

*Claudio Nascimento em Construindo Identidades Sociais, PNQ Qualificação Social e Profissional.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br
www.cirandas.net/cfes-nacional



Fórum Brasileiro
de Economia Solidária



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

